



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 20 DE AGOSTO

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa noite a todos. Sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Declaro abertos os trabalhos da 18ª audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo, também chamada de Lei do Zoneamento, que vai definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito da Cidade de São Paulo em cumprimento ao artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, encontrando-se em tramitação na Câmara Municipal

Esta audiência tratará da região de Jaçanã/Tremembé.

- Apresentação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Passemos ao debate. Tem a palavra o Sr. Humberto Rett, da Cantareira Viva.

O SR. HUMBERTO RETT – Boa noite Srs. Vereadores, Subprefeito, o fato é o seguinte: estamos a vida inteira aqui na região e o desenvolvimento do zoneamento está dando a impressão para mim de que estamos voltando no tempo, 40 ou 50 anos atrás. E por quê? Porque quando a gente era menino, era muito comum a Prefeitura vir asfaltar uma rua – quem é mais antigo se lembra –, na semana seguinte vinha a Sabesp e fazia um buraco, na outra semana vinha a Light, a Telesp e assim por diante.

Então, o que está acontecendo aqui? Apesar da grande competência dos técnicos, da arquiteta - a exposição dela foi muito boa -, mas ela não falou uma vez sequer no Rodoanel; ela não falou uma vez sequer no Ferroanel. São obras extremamente impactantes, que não estão sendo levadas em consideração. Na intersecção do Ferroanel e do Rodoanel com a Fernão Dias, tem esse bolsão de desenvolvimento da zona industrial, mas ficou muito pequeno, muito estreito, não dá para se fazer nada.

O Governo Federal já destinou 332 milhões para o projeto do Ferroanel, então não é uma coisa distante e imaginária. Se o Rodoanel vai estar pronto em junho de 2017 e o projeto do Ferroanel, segundo a Secretaria Estadual de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, não é possível que não se leve isso em consideração. Em não se levando isso em consideração, o zoneamento estará aprovado e imediatamente ultrapassado. É uma coisa impactante ao extremo e não está sendo levada em consideração.

E por que essa preocupação? Desde aquela primeira reunião que tivemos no CEU, quando o Police era presidente da Câmara e Carlos Apolinario era o presidente da Comissão, a preocupação era com o trabalho dessa população. Nós temos aqui diversos bairros: Jardim Corisco, Jardim Flor de Maio, Jardim Fontales e essas pessoas não têm onde trabalhar e nem como sair daqui, porque a única saída deles é aqui em frente ao CEU. Não tem nada com o transporte público que não seja passando por aqui. Então, o indivíduo não tem no que trabalhar e fica duas horas no ônibus, se quiser fazer alguma coisa.

Então, sem ser repetitivo, quero que vocês se atentem para a questão do Ferroanel e Rodoanel e tentem ampliar essa zona industrial lá, lógico que com manutenção do meio ambiente, lógico que com empresas não poluentes, mas tipos de empresas que gerem grande quantidade de empregos e empregos mais qualificados e empresas que mais treinam e qualificam pessoas.

É isso o que nós estamos precisando aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR, LAERTE BRASIL – Sou presidente da Uniglobal - Trabalho e Cidade e da Unicosmos – Nação, Sustentabilidade e Cidade e também presidente da São Paulo - Trabalho e Empreendedorismo.

A cidade de São Paulo tem 1,415 milhão de famílias sobrevivendo em áreas irregulares. São 4.000.320 pessoas, uma população maior do que a cidade de Salvador, Belo Horizonte e Brasília. Isso significa que é um terço dos paulistanos, que estão morando em áreas de risco como favelas, cortiços, conjuntos e outros assentamentos desumanos. É um número absurdo para uma cidade tão rica como São Paulo, a cidade mais rica da América Latina, com um PIB de 436 bilhões de reais, representando 37% do PIB paulista e 13% do PIB nacional.

Primordialmente, a tese das nossas centrais cosmopolitas e a Global e as municipais da cidade de São Paulo é pela regulamentação fundiária dessas 1,415 milhão famílias. Assim, dando autógrafo ou título de propriedade para essas famílias que injustamente vêm vivendo em situação desumana por falta de políticas públicas implantadas, pela corrupção de políticos corruptos do Poder Executivo e do Poder Legislativo que, ao longo desses anos, vêm desviando cerca de 10% a 12% do PIB paulistano e colocando a nossa cidade na banca rota.

Para encerrar, nós apoiamos a tese e as explicações de todas as entidades e de todos os munícipes presentes. É o que eu tinha para cientificar no momento.

Obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Laerte.

Tem a palavra o Sr. José Eduardo Vitorino, conselheiro do Parque Estadual da Cantareira. O próximo é o Sr. Antonio Carlos Nery Pinho.

O SR. JOSÉ EDUARDO VITORINO – Boa noite a todos os presentes.

Em nome do presidente, cumprimento todos os vereadores e integrantes da Mesa. Meu nome é José Eduardo Vitorino, sou engenheiro civil, atual presidente da ATEGAM – Associação dos Técnicos, Tecnólogos, Engenheiros, Geólogos, Arquitetos e Agrônomos do Município de Mairiporã e também presidente do Comdema – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Mairiporã também.

Estou falando aqui em nome do Conselho do Parque Estadual da Cantareira. Quero dirigir a minha fala aos Srs. nobres Vereadores do Município de São Paulo, onde expresso minha estima e elevada consideração porque, em breve votarão no Projeto de Lei 272/2015 sobre o Uso e Ocupação do Solo na cidade de São Paulo. Quero a atenção sobre a área de amortecimento do Parque Estadual da Cantareira.

Começo minha fala com uma frase de um autor desconhecido, que diz o seguinte: “que as ações confirmem as palavras”, porque hoje se fala muito na preocupação com o meio ambiente, a falta d’água, a importância da preservação das matas, o clima, porém, se faz muito pouco com relação a isso.

Quero salientar dois casos vividos hoje pela sociedade. O primeiro é em relação ao seguinte: há dez anos uma ONG chamada Acorda Mairipa, lá em Mairiporã, apontou que faltaria água na cidade de São Paulo e hoje estamos vivendo ou enfrentando uma crise hídrica em todo o Estado.

Quando foi aprovado no Congresso Nacional o Código Florestal, apesar de toda a mobilização da classe científica – aqui fala de todos os técnicos que participaram desse processo todo – foi dito sobre a preocupação com a reserva legal, as matas ciliares, as binas, as florestas e não foi dado ouvido e nem importância a tudo isso. E hoje vemos os agricultores preocupados com as matas ciliares, florestas e binas, porque não tem como você plantar, se não der para fazer irrigação.

O fato é que, meus nobres Vereadores aqui presentes, uma decisão errada agora,

permitindo a ocupação das áreas de amortecimento do Parque Estadual da Cantareira, sem dúvidas, acarretará problemas e prejuízos ao meio ambiente, como sempre acontece. E quem paga a conta é sempre a sociedade.

Entregamos aqui rapidinho um manifesto para a manutenção das zonas de amortecimento do Parque Estadual da Cantareira, que fala o seguinte: “O Parque Estadual da Cantareira, com 7.900 hectares de florestas protegidas, apresenta a mais importante remanescente florestal, localizada em zona da Região Metropolitana de São Paulo, extremamente complexa do ponto de vista da dinâmica e do uso da terra. Criado com o objetivo original de proteger os mananciais para garantir importante serviço ambiental de abastecimento de água para a Região Metropolitana de São Paulo, o Parque Estadual da Cantareira tornou-se um dos maiores remanescentes florestais, com extensão, representatividade e diversidade da região da Serra da Cantareira, um referencial em áreas urbanas protegidas.”

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu que agradeço.

Tem a palavra o Dr. Antonio Carlos Nery Pinho, Secretário do Meio Ambiente de Mairiporã.

O SR. ANTONIO CARLOS NERY PINHO – Boa noite a todos os Srs. Vereadores, Subprefeito, público em geral.

Eu sou arquiteto urbanista, pós-graduado em Gestão de Tecnologias Ambientais, estou Secretário do Meio Ambiente na cidade de Mairiporã.

Venho aqui como conselheiro do Parque Estadual da Cantareira falar especialmente da Floresta da Cantareira. Essa floresta é extremamente importante, a maior floresta natural urbana do mundo. A floresta do Rio de Janeiro, de onde eu sou, é uma floresta também, mas antrópica, totalmente plantada e lá tem algo bastante interessante. Na época do Império – era Monarquia ainda – faltou água e se precisou replantar a Floresta da Tijuca para poder garantir a água do Rio de Janeiro e ela voltou.

Então, quando a gente vai pensar em planejamento urbano, sempre pensamos em água, isso é extremamente importante. Locais com vulnerabilidade ou não e acessibilidade – essas condições sempre levarão ao uso e ocupação do solo. Essas preocupações têm que estar marcadas ali, com certeza. E a garantia da água é a floresta. Não existe outra condição, a garantia de água é a floresta. A floresta vai garantir a água, a energia, os alimentos e a saúde.

Não podemos pensar numa forma específica e olhar um ponto só. Precisamos de moradia, de transporte, de emprego, mas precisamos também garantir o nosso maior patrimônio ambiental que temos aqui, que é a Floresta da Cantareira. E a Floresta da Cantareira tem o Parque da Cantareira e é extremamente importante.

Então, o meu apelo é para essa visão de que toda essa zona de amortecimento é a zona que precisa ficar exatamente ali para poder servir de mola, para não deixar que os impactos venham diretamente sobre a Floresta da Cantareira. Hoje, vocês estão com a Lei de Zoneamento toda marcada, partindo de cima de um Plano Diretor, onde já marcaram muito bem os eixos de crescimento urbano, garantindo um adensamento maior, é isso que é importante.

Mas, quero a garantia da zona de amortecimento da Cantareira, garantindo todas as áreas verdes, garantindo toda a proteção ambiental.

Essa é a minha fala. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Secretário.

Tem a palavra a Sra. Irani Dias, da ALMEM.

A SRA. IRANI DIAS – Boa noite a todos e a todas. Boa noite à Mesa.

Meu nome é Irani Dias, sou presidente, coordenadora geral da ALMEM – Associação de Luta por Moradia Estrela da Manhã.

A presença da ALMEM aqui hoje é para garantir que as ZEISs já demarcadas na zona Norte permaneçam ZEISs, especialmente as do terreno da Sevefredo Fagundes, nº 13.333, é uma ZEIS-2. Os objetivos da ALMEM não conflitam com o meio ambiente. A gente tem uma defesa de meio ambiente, defendemos os parques colocados pelo pessoal da Quinta Ambiental e defendemos as nossas moradias nas áreas de ZEISs já determinadas.

Nosso discurso é em defesa das ZEIS já colocadas, nenhuma ZEIS a menos.

Só isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito bem.

Tem a palavra o Sr. Aparecido Viana Rodrigues, do CPOP - Prefeitura.

O SR. APARECIDO VIANA RODRIGUES – Boa noite.

Em nome do Subprefeito, do Sr. Gilson Barreto, cumprimento a Mesa e agradeço por esta oportunidade. Tenho que falar também, como membro do CPOP – Jaçanã/Tremembé, que participamos do planejamento e Orçamento do Município. Sabemos que têm 17 projetos para a região: tem a UPA para vir e falta a assinatura da Santa Casa – não sei por que uma

assinatura – que burocracia é essa? Têm duas UBSs para vir e outras coisas mais.

Mas a nossa preocupação são as ZEPAMs, as ZEIS. Faço coro com as pessoas que acabaram de falar. Recebi ontem na Sabesp um catálogo, onde vejo a represa da Serra da Cantareira feito chocolate. O chão, se vocês olharem, é um chocolate.

Isso estava previsto há 10 anos, foram mais 40 anos lá na frente. E não passaram 40 anos. E ainda não passaram quase os 10 anos. E a Serra da Cantareira está sendo comida, tragada, engolida e indiscriminadamente, tanto pela parte que tem muito dinheiro como pelos que têm pouco.

A fiscalização é muito precária. Falamos de preservação, mas preservar como? Temos de ter mais agilidade dentro desses processos. Vou tentar fazer uma sinopse: falamos também de transporte. Posso ser um pouco incoerente ou contraditório, mas vendo como anda o transporte na nossa região, ao mesmo tempo precisamos de um transporte de grande impacto que cruze pelo subterrâneo, também pelo alto, de forma sustentável, que chegue a Guarulhos.

Há uma política que impede que haja um transporte que tire a população desse sofrimento. Só quem levanta às 3h, 4h, 5h e vê centenas de pessoas descerem essa região para pegar ônibus. Demoram duas, três horas dentro do transporte. Tem de melhorar muito, não sei se por um monotrilho, avião, mas tem de melhorar. E principalmente preservar a Zepam, ZEIS e manter um pouco mais intacta a Serra da Cantareira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registro a presença dos Srs. Cido Vianna, Presidente da Associação Mount Blue 3000 e Andrezinho, Diretor da Associação Amigos de Vila Zilda.

Tem a palavra o Sr. Valter da Silva Terralheiro, da Cantareira Viva.

O SR. VALTER DA SILVA TERRALHEIRO – Boa noite à Mesa; nobres Vereadores, todos os presentes, minha solicitação é para uma atenção mais especial no eixo da Av. Sezefredo Fagundes. Lá temos muitos bairros irregulares e alguns problemas muito

sérios de invasão, até por uma questão das associações e ONGs da Serra da Cantareira.

A municipalidade precisa olhar com mais carinho para a regularização daqueles bairros, principalmente do eixo ao lado esquerdo, porque a situação ali está se tornando insustentável. Daqui a pouco aquilo vai virar uma favela como o Alemão, no Rio de Janeiro, Rocinha e outras coisas, porque a invasão está dominando de uma forma degradante. E é preciso olhar aquela situação com mais carinho, o entorno e o eixo dos 100 metros, para que as empresas que ali estão pudessem se regularizar e com isso trazer mais benefícios para a região. E o próprio trabalhador, que reside ali, trabalhar no entorno criando riqueza.

Agora, na situação em que estão aqueles bairros as condições são precárias. A Prefeitura não pode fazer nada porque são irregulares. Não há uma delimitação da zona urbana e da zona residencial ou comercial. E a coisa está degradando de uma maneira terrível. Estou estabelecido há mais de trinta anos na região e tenho visto coisas que se não tomar uma iniciativa rápida, a coisa vai complicar bastante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Nelsinho Ferreira, da Sociedade Amigos do Parque Edu Chaves.

O SR. NELSON FERREIRA – Boa noite a todos. Vereadores Gilson e Kamia; Subprefeito Niwton; Alex Marchiorato, Coordenador do Conselho Participativo, para quem não conhece, esta área tem um Conselho Participativo muito atuante, e participou da elaboração desse material que está sendo mostrado, saúdo todos os presentes. Obviamente, cada um aqui defenderia o seu segmento, mas o mais prioritário, sempre prego isso e muita gente fala que é impossível, mas acredito ser possível nos unirmos. Uns querem mais ZEIS, outros comércio, outros indústria e precisamos identificar nossas regiões com pontos que possam fazer o equilíbrio e todos possam ser contemplados.

Não adianta priorizarmos só ZEIS na região inteira e não termos nenhum fator gerador de emprego. As pessoas vão ter de se locomover para lugares distantes, vai ficar difícil

desenvolver. E o contrário também, não adianta priorizarmos só áreas comerciais e não trabalhar nos outros segmentos.

Um dos pontos cruciais da nossa região – foi citado por todos e, portanto, é crucial – é a regularização fundiária. Muitos moradores não participam de alguns movimentos porque já tem seu imóvel regular, mas a regularização fundiária vai beneficiar toda a região. Muitas vezes falta infraestrutura, equipamentos públicos, postos de saúde, escolas e outros porque a região tem áreas irregulares. E acredito que uma das regiões de São Paulo que mais tem áreas irregulares é a nossa. Não é à toa que a nossa região tem uma das menores verbas destinadas à Subprefeitura, dentre as 32 subprefeituras da Cidade.

Então temos de cobrar os representantes desta região. Até me causa estranheza estar presente só o Vereador Kamia, que mora na região. Outros Vereadores dizem que são da região e deveriam estar presentes para fortalecer as nossas reivindicações.

Por isso, a regularização fundiária é primordial e não só para moradia. Por exemplo, hoje não temos área para construir um posto de saúde, porque não há terreno, não há uma área regular para a construção.

Quanto ao rodoanel é um absurdo a grandiosidade dessa obra, o grande impacto ambiental que está trazendo para a nossa região. Vai beneficiar a cidade de São Paulo inteira, não sou contra porque é uma obra que vem para o progresso e desenvolvimento, mas para nossa região especificamente, em que vai ajudar? E cadê a verba da compensação ambiental dessa grande obra que até hoje não sabemos o valor? Essa verba poderia trazer benefícios para nossa região e até hoje não nos foi dada nenhuma satisfação. Peço aos Srs. Vereadores que participem disso também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Juliana Pellegrini Cezare, da 5ª Ambiental.

A SRA. JULIANA PELLEGRINI CEZARE – Boa noite. Viemos aqui também para

defender a zona de amortecimento do Parque da Cantareira, apoiando o pessoal do parque. A 5ª Ambiental entende que a zona de amortecimento tem de ser defendida e seu uso e ocupação do solo tem de ser compatibilizado com as atividades possíveis de se realizarem nessas áreas.

Todos falam que o meio ambiente é contra a habitação. Não somos contra a habitação. Queremos que o meio ambiente seja compatível com a habitação e que as pessoas tenham uma qualidade de vida na cidade de São Paulo.

O Parque da Cantareira é importante para a manutenção dos nossos mananciais. Hoje passamos pela pior crise hídrica da história de São Paulo e precisamos que essa área seja, no mínimo, respeitada.

No plano diretor estratégico de 2015 vimos que algumas áreas de ZER, Zona Mista e a própria área de indústrias estão pegando um pouco dessa zona de amortecimento. E o que pedimos agora nessa lei de uso e ocupação é que essa zona seja respeitada, e que seu uso seja compatível com as atividades possíveis lá, trazendo talvez rendas alternativas, como o ecoturismo, para essa área.

Também defendemos os nossos parques, o que também está previsto no plano diretor, mas muitos não são concretizados. Esses parques também vieram da compensação do Dersa - alguém falou do Rodoanel -, são três parques que teriam de ser feitos com a compensação e não estamos vendo isso.

Os dois parques que temos: Santa Maria e o Sítio do Coqueiro têm DUPs que vão vencer em 2016. E esses parques não foram implantados, por isso pedimos que a lei de uso e ocupação pressione a implantação desses parques.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Marília Fanucchi, da Rede Nossa São Paulo.

A SRA. MARÍLIA FANUCCHI – Boa noite a todos. Gostaria de ler um manifesto de

mais de 60 associações, e indivíduos da sociedade estão assinando: “MANIFESTO PELO DIREITO À CIDADE: Água, áreas verdes, moradia e qualidade de vida para todos e todas.

É imprescindível que sejam asseguradas – e ampliadas –, as conquistas socioambientais durante a revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Organizações da sociedade civil, movimentos sociais, pesquisadores, especialistas de diversas áreas do conhecimento vêm, a público, manifestar o desejo de construção de uma cidade inclusiva, democrática, sustentável e solidária.

Nesse sentido exigimos: Nenhuma Zona Especial de Proteção Ambiental a menos; todas as ZEPAMs grafadas no PL 272-2015 devem ser mantidas, sem nenhuma alteração dos parâmetros de uso e ocupação propostos pelo projeto de lei; nenhuma Zona Especial de Interesse Social a menos; todas as ZEIS grafadas no PL 272/2015 devem ser mantidas, desde que não incidam sobre remanescentes de Mata Atlântica, Mata Ciliar, córregos e nascentes; garantia da manutenção das ZEIS 2, 3 e 4 demarcadas, sem que haja nenhuma alteração para ZEIS-5, priorizando o atendimento das demandas da população de baixa renda; manutenção dos limites da Zona Rural, por serem fundamentais à proteção e uso sustentável das áreas produtoras de água e alimento, além de regulação climática; apontamento em mapa das Terras Indígenas, como reconhecimento da cidade aos direitos das populações tradicionais é imprescindível que sejam assinalados nos mapas os limites da TI Jaraguá, conforme a portaria determina; aprimoramento do Capítulo que trata das Áreas Públicas e do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL) e dos critérios para a implantação de equipamentos sociais; ampliação das ZEPAMs nas áreas produtoras de água: Bacias do Guarapiranga, Billings, Capivari Monos e nas áreas inseridas na zona de amortecimento dos Parques Estaduais da Cantareira, Jaraguá e do entorno do Rodoanel Trecho Norte; nenhum empreendimento com potencial gerador de impacto socioambiental nas áreas produtoras de água, remanescentes de Mata Atlântica e áreas com fragilidade geológica e geotécnica; exigimos justiça socioambiental, qualidade de vida na cidade, com água, áreas verdes e

moradia para todos e todas”.

Assim como dito por todos, também não vemos uma alternância entre moradia e meio ambiente. Temos de aprender a conviver em nossa Cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registramos a presença do Sr. Sérgio Ribeiro Ângelo, Presidente da Associação dos Moradores da Serra da Cantareira.

Tem a palavra o Sr. Antonio Manoel Esteves, do Movimento Cantareira Viva.

O SR. ANTONIO MANOEL ESTEVES – Boa noite a todos. Há mais ou menos dois anos trabalhamos bastante em nossa região, porque acreditamos que o equilíbrio entre as atividades humanas no território é a melhor solução.

Em nossa região temos muita habitação. Temos um presente na nossa região: a Serra da Cantareira. Moramos aqui, amamos a Serra da Cantareira e sabemos como isso era há 30, 40 anos e infelizmente como é hoje. Mais de 50% dessa zona de amortecimento foi embora, justamente porque ela sempre foi muito restritiva. E quando uma coisa é muito restritiva não conseguimos segurar a água na mão, no meio dos dedos. Se negarmos ao nosso filho que ele vá ao bailinho, que vá viajar, sair com os amigos, vai sair coisa errada. Quando falamos que não pode fazer nada em um território, não pode ter atividade econômica, pode acontecer o que aconteceu na nossa região.

Então a nossa luta é para haver um equilíbrio da atividade econômica na nossa região. Queremos acima de tudo preservar o verde, preservar a Serra da Cantareira. Para isso temos de ter nossos habitantes e eles têm de morar de maneira digna. Não da maneira indigna que moram hoje. Tem de ter praça com utilidade pública, com escola, com tudo o que precisamos na vida. E também com atividade econômica, comércio e emprego.

Não é correto que 80% das pessoas que moram nesta região tenham de ir para lá de Santana para trabalharem. Fiquem três horas dentro de ônibus. Precisamos desenvolver atividade econômica na nossa região. Simplesmente uma zona de amortecimento em que nada

pode ser feito, a prova já está aí. Infelizmente grande parte dela já foi ocupada com baixa qualidade, ruas estreitas, sem planejamento, sem escola, hospitais, creche, delegacia, praça, enfim, sem qualidade de vida.

Então queremos preservar o restante dessa zona de amortecimento, mas de maneira equilibrada, inteligente, em que caiba nessa equação a atividade econômica. Empresas que já estão aqui possam ser melhoradas gerando emprego e renda, porque sem dinheiro no bolso não dá para morar.

- Manifestação na plateia.

O SR. ANTONIO MANOEL ESTEVES – Exatamente. Perfeito. Temos de ter o equilíbrio disso tudo.

Então quero morar e trabalhar aqui. Não quero ir para o outro lado da Cidade trabalhar. Merecemos trabalhar perto de casa. Temos de ter equilíbrio. Com inteligência conseguimos isso.

Convido todos a conversar conosco. Vamos conversar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Gostaria de ouvir a mensagem do Dr. Niwton Gilberto de Jesus, Subprefeito Jaçanã/Tremembé.

O SR. NIWTON GILBERTO DE JESUS – Boa noite a todos e todas, aproveito hoje esta audiência pública para definir todos os nossos anseios sobre a nossa região. Falo nossos porque, como vocês sabem, eu sou daqui.

Esse plano pretende corrigir todas as dificuldades que temos. A partir dele serão definidos todos os novos usos, até mesmo facilitando regularizações fundiárias, novas estradas, novas construções e resolvendo essas questões que já foram faladas: acessos, saúde, áreas comerciais, industriais e principalmente oficializando toda a região.

Então, agradeço a presença de vocês hoje e aproveitem. Tirem o máximo de informação possível e nos forneçam também essas informações. Esse plano precisa ficar perfeito. E, conforme já foi conversado com os nobres Vereadores, eles estão querendo nos

ajudar nessa empreitada.

Era esse o recadinho. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Gostaria de convidar o nobre Vereador Aníbal de Freitas para que tome assento conosco.

Tem a palavra a Sra. Josélia Martins, do MSTRN

A SRA. JOSÉLIA MARTINS – Boa noite. Meu nome é Josélia; eu sou presidente do Movimento Sem Teto da Região Norte.

Somos um movimento organizado, na luta desde o ano passado. Saiu o edital da Cohab, e nós nos regularizamos na entidade para que as nossas famílias fossem atendidas. E como um passe de mágica, um dia antes desse edital, o Prefeito dizia que 55 mil moradias seriam entregues. A área da Direitos Humanos sumiu como um passe de mágica.

A cidade de São Paulo tem 293 mil domicílios abandonados e nesse edital só saíram quatro áreas para a zona Norte. Como a Subprefeitura faz uma reunião numa sala fechada para falar sobre essas áreas? Nós, do movimento de moradia, estamos aqui para dar um basta nisso. E a Direitos Humanos tem que ser demanda da área.

Gente, precisamos, sim, ter essa área. Ela é ZEIS mista, mas pode ser moradia e também para as famílias trabalhar embaixo, fazer box, coisa desse tipo. O que não dá é para as famílias ficarem oprimidas no aluguel.

Gente, nós estamos aqui, o MSTRN e o Almem pedindo o apoio de vocês, porque a Subprefeitura fez reunião e tirou a área da Direitos Humanos. Isso é uma vergonha. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vamos ouvir a nobre Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. SANDRA TADEU – Boa noite a todos. Quero cumprimentar os meus colegas Vereadores, o subprefeito da Subprefeitura do Jaçanã.

Sinceramente, gostaria de chegar e dizer: “tudo será atendido”. Realmente, no papel as coisas serão atendidas, mas sabemos que, na prática, é muito diferente. Temos trabalhado, e muitas vezes, nós, Vereadores, desanimamos, porque lutamos por aquele objetivo, luta, luta, luta, e, quando chega, sempre tem, na Prefeitura, um problema que não vai resolver.

No meu primeiro mandato, deixei um milhão, com área e projeto, para fazer um posto de saúde no Jardim Fontalis. Enganaram-me durante quatro anos. Indo e vindo, indo e

vindo, saindo editais. Não podia fazer numa área lá, que era um parque linear, que hoje já foi todo invadido. E hoje o posto funciona de uma maneira totalmente irregular, sem condição nenhuma, sendo que na época já não tinha.

Aquela população é extremamente adensada, tem muitas pessoas. Essa região, por exemplo, quanto temos discutido. Não temos alça de acesso na Fernão Dias; fica tudo empacado. Tem bairros do outro lado, no Jardim Cabuçu, que primeiro você tem que entrar em Guarulhos para depois entrar em São Paulo. Não tem como você ter acesso. Precisamos, temos lutado e vamos continuar lutando para que possamos ter alças. Tivemos, logo no começo, reuniões na Dersa. Estava na época já de passar isso para empresas. Os caras das empresas são uns malcriados: “Ah, não vou fazer, porque não está no projeto”. Dá vontade até de socar a cara do senhor lá. Então no papel é tudo uma maravilha. Não temos fiscalização.

Todo mundo quer ter o direito de ter o seu teto, e eu reconheço que todo mundo tem que ter isso. Mas quando as pessoas vão invadindo, como essa parte aqui do Parque da Cantareira, e depois não tem lugar para ter um posto de saúde, não tem área da Prefeitura, não tem uma casa em condições que a Prefeitura possa alugar. Como não tem fiscalização da Prefeitura, as pessoas vão invadindo. E, com isso, creio eu que, daqui a pouco, não teremos nem mesmo o parque estadual da Cantareira, porque do jeito que vamos vendo aí não vai ter mais.

Eu fui secretária de saúde em Mairiporã. Na época, já se discutia delimitar as invasões que estão ocorrendo ali na Zezé Fredo. A gente, muitas vezes, andava por ali. Não tem mais condição. Ali na Pedra Branca também. Na ocasião, abrimos posto de saúde lá em Mairiporã.

Sinto dizer, e é muito triste para mim, como pessoa pública, falar isso, mas, muitas vezes, ficamos de mãos atadas. E é desanimador. Hoje eu estou fazendo para os meus um desabafo, porque é uma vergonha o que acontece na cidade de São Paulo. E São Paulo é como no Brasil inteiro, que tem leis que fazem de conta – faz de conta que tem, mas não tem. A lei é para um, mas a lei não é para outro. Não sei na região se as pessoas têm muito problema. Mas recebi a demanda de bares, empresas, restaurantes, que estão sempre na ilegalidade, e nunca conseguem fazer com que isso esteja certinho. É uma má vontade, as pessoas não conseguem atingir os seus objetivos na Prefeitura. Nós vivemos numa eterna ilegalidade. A lei é para um, e não é para outro. E isso aqui hoje, esse trabalho de Plano Diretor, será, durante os nossos quatro anos de mandato, o projeto mais importante que a

Câmara vai votar. Vamos fazer tudo de acordo com a demanda, que nos chega de uma pessoa ou de outra. Vamos mandar, vai ser feito um substitutivo, vão haver algumas mudanças, mas sinto dizer a vocês que o Plano Diretor vai ficar mais no papel, porque não temos fiscal para nada. Você vai pedir, e tudo é complicado, tudo é difícil, é uma burocracia. Parece que quando vamos a algum órgão da Prefeitura, parece que estamos fazendo algum favor, sendo que eles têm a obrigação de nos atender. Você é funcionário, mas aquele ali da população está carente, precisa de informação, precisa que as suas coisas sejam agilizadas. Mas, infelizmente, é como eu digo: vivemos num país e numa cidade do faz de conta. Faz de conta que é, mas não é.

Mas, de qualquer maneira, não podemos perder as esperanças, e vamos tentar mudar alguma coisa, atender as reivindicações. Essa área industrial é importante para que possa ter o emprego. A questão do transporte aqui é uma coisa terrível. A questão da saúde, então, nem se fala. Enfim, vamos tentar, da melhor maneira possível, fazer um bom trabalho. Todas talvez não vão sair do papel, mas algumas têm que sair de qualquer maneira.

Muito obrigada. Boa noite a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O último inscrito, e já encerrando as inscrições, é o Sr. Rogélio Rey Rey.

O SR. ROGÉLIO REY REY – Boa noite a todos, aos Vereadores, aos nobres membros da Mesa, a todos os presentes.

O meu discurso sobre o zoneamento vai focar numa situação bastante crítica, extremamente grave: falta de habitação para moradia popular – a habitação prevista no eixo do novo Plano Diretor, aprovado recentemente, aquele tipo de construção que pode ser feita num raio de 600 m, destinado aos usuários potenciais do metrô, para facilitar a vida, a mobilidade, etc.

O zoneamento atual permite que você faça um prédio, onde, a título de exemplo, 60 apartamento, ou 70 ou 80, num terreno que tenha cinco metros de frente. Ou seja, a testada do terreno, tendo cinco metros de frente, já permite fazer um prédio, desde que se consiga implantar a torre obedecendo aos recuos e às outras restrições. E tem que ter uma área mínima. Pelo atual zoneamento, com cinco metros de frente, você faz, e não tem estabelecido uma área mínima. Tem outras restrições de recusa e etc. Agora, no novo plano de zoneamento, elevaram a testada para 20 metros e área mínima de mil metros. Existe um grau de dificuldade extremamente considerável para você formar mil metros de terra. A zona Norte cresceu “assim”. No início do século passado, quando você atravessou do rio Tietê para cá,

tinham algumas artérias principais; as secundárias que foram surgindo não eram, nada mais, nada menos, do que leitos carroçáveis, por onde trafegavam as carroças. Depois, receberam sarjeta, guia e viraram rua. Essas ruas têm menos de dez metros. Tem ruas que não tem oito metros, muitas delas no raio de 600 metros da estação de qualquer metrô do Tietê para cá – Parada Inglesa, Tucuruvi, Jardim São Paulo. Tem muita rua estreita que o novo Plano Diretor não vai permitir fazer construção; a Prefeitura não vai alargar essas ruas.

Discuti muito na época, inclusive com o Police Neto, Paulo Frange, Andrea Matarazzo, o próprio Nabil Bonduki. O Plano Diretor inicial enviado à Câmara Municipal pela primeira vez tinha como raio previsto 400 m. Discuti muito, pedi 800 metros de raio, e consegui o máximo de 600. Então esse raio aumentou de 400 para 600, só que excluíram algumas quadras, porque consideraram as quadras grandes demais. Mas, em compensação, nós temos quadras num raio de 250 a 300 metros onde não vai se poder fazer prédio, habitação popular para quem necessita, apartamentos de 50 a 55m. Então essas quadras, para toda a cidade, para todo raio de 600 metros, essas quadras que foram eliminadas precisam voltar para a área da influência. Uma vez tangenciada, ela deve fazer parte, para que você possa fazer quatro vezes a área do terreno, e construir habitação popular na faixa de 48, 50, 55, 56 m².

O zoneamento fala numa restrição: 20 metros de frente e área mínima de mil metros. Isso está errado. Isso precisa ser modificado. Deveria ser 12, 13 metros de frente, com uma área mínima de 700 metros, onde é perfeitamente possível fazer um prédio com 60 apartamentos e dar para quem necessita.

Espero ter colaborado. Esse meu pronunciamento vem na discussão do Plano Diretor todo. Nos dias 5 e 6 de abril, sábado e domingo, no Anhembi, participei, explanei. Vamos brigar para incluir essas quadras e diminuir a testada, diminuir a área, senão vai continuar faltando casa para quem necessita.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Cumprimentar o presidente, o subprefeito, mas cumprimentar essencialmente a população que veio para esse diálogo.

Não é a primeira vez que a Câmara dialoga no território de Jaçanã-Tremembé, e acho que tem uma questão fundamental para a gente debater nesse momento. Qual é a prioridade que a gente consegue enxergar para cada um dos territórios desse debate?

Aqui está claro que se colocam três eixos significativos para uma decisão do agente público lá na Câmara.

Sem dúvida nenhuma, a garantia de um maciço vegetal absolutamente importante para hoje e para sempre tem que ser mantida. Portanto, toda a operação de proteção da Cantareira não é necessária para o nosso período, mas é necessária para a sobrevivência da cidade. E a gente tem que saber fazer isso.

Segundo ponto objetivo é reconhecer uma prioridade, que é a habitação de interesse social para mais de um milhão de famílias que não tiveram a sua oportunidade. E, portanto, temos de reconhecer, no território, as áreas que estarão reservadas. Por isso, a fala da Irani é muito precisa em dizer que áreas marcadas e áreas a serem marcadas têm que estar combinadas com o emprego do território. Portanto, aquela vasta área do terminal Fernão Dias merece ter do seu lado, sim, um espaço para a habitação para combinar a habitação com a oportunidade de emprego já gerado no território.

Quando olhamos a cidade, observamos o território, e no mesmo momento em que se anuncia 193 prédios no Parque dos Búfalos, na zona Sul, a gente tem que observar esse território para encontrar nele quais os lugares. E aí, quando vem a Josélia aqui na frente e fala que um dos terrenos pleiteados pelos movimentos populares, na Direitos Humanos, saiu, e ninguém sabe por que, do edital feito pela Cohab, é um pouco para recomendar os erros absolutamente inconsequentes do último período. Como o erro de aprovar 193 prédios no Parque dos Búfalos, e tirar da área dos direitos humanos, que tem infraestrutura, e ninguém sabe por que tirou. Nesse caso é questão de se estabelecer a prioridade que cada um tem. Portanto, na beira da represa, para o abastecimento de toda a zona Sul, libera-se 193 prédios. Na Avenida Direitos Humanos, numa área com completa infraestrutura, a dois dias da abertura do edital, retira-se o terreno que a população poderia pleitear organizadamente.

Este é o momento de dizer o que se quer e o que não se quer. Este é o momento sim para adequar o desenho das áreas onde temos de gerar emprego, até porque se um investimento do tamanho do Rodoanel, e o Ferroanel será feito, teremos sim de ter a competência de estabelecer qual o limite do ambiente natural e do ambiente tratado pelo ser humano para ter geração do emprego, a geração da riqueza e muito mais do que isso, a capacidade de socialização dessa riqueza para que hoje não haja mais ocupação de áreas

sem processo algum de planejamento.

Falo isso porque quando esse processo chegou à Câmara e o Vereador Paulo Frange estava conosco na Comissão de Política Urbana e hoje é o Relator, nada se tinha de desenvolvimento metropolitano para essa região, absolutamente nada. O desenvolvimento de São Paulo chegava até a Marginal. Essa área de desenvolvimento de emprego, ao longo da Fernão Dias, nem existia. Nem existia. Foi o debate exaustivo, aqui neste território, que permitiu a abertura de uma zona de desenvolvimento absolutamente necessária para trazer a regularidade àqueles que mantêm meia porta aberta e meia porta fechada, síndrome de vira lata que temos. É meia porta aberta ao nosso cliente e meia porta aberta para o fiscal, porque quando ele chega, tem de fechar a porta mesmo.

Esse é o processo de formação do território, mais do que isso, os bairros mais novos do território, que têm sim a testada de cinco metros, portanto seus terrenos possuem 100, 125 metros, se não forem aqui reconhecidos como Zonas Especiais de Interesse Social, aquilo que hoje está construído lá que, em regra, é mais de duas vezes o aproveitamento do solo, porque quero reconhecer aqui que não há um terreno desses que não tenha pavimento térreo, primeira laje e muitas vezes a segunda e a terceira. Portanto, todos sabemos que já construímos nesses lotes mínimos de 100, 125, 130 metros mais do que a legislação, que estamos prestes a aprovar, diz ser possível. Dessa forma, jamais levando à regularidade esses bairros inteiros.

Vamos investigar como é esse bairro? Nesses térreos já tem atividade econômica, recomendação primária do plano diretor. Portanto, o térreo, a fachada ativa, já existe nesses bairros. No centro desses bairros existe a fachada de cinco metros, a loja no térreo, o armazém no térreo, o primeiro e o segundo andar, respeitando a orientação da Cidade que se construiu com riqueza e que hoje quer incentivar o térreo ativo. Mas, infelizmente, na periferia de São Paulo, onde essa regra que hoje é anunciada de bom senso para a região central, assim o bairro foi feito, mas o plano diretor não reconhece a partir da nossa atual apresentação de lei

de parcelamento, uso e ocupação do solo esse modelo.

Portanto, empurrando mais uma vez essa população para as áreas que deveriam estar protegidas, seja pela área de amortecimento, seja pelo próprio parque.

Sr. Presidente, tenho feito questão de vir a todas as audiências que posso por dois fatores: estamos falando muito o que queremos, em especial, o nosso Executivo tem falado muito o que quer mas não tem colocado no papel o que fala, criando uma leitura de que tudo o que está sendo dito, está escrito. Só que não está. Criando uma ilusão naqueles que participam das reuniões que se aprovado o projeto, como encaminhado à Câmara, de fato todos os nossos problemas estarão resolvidos. Preciso contar para os senhores que não é isso que há. Portanto, a gente vai ter que lutar muito, Sra. Irani e todos aqueles que vieram do movimento popular aqui, porque a gente não vai ter que só garantir as ZEISs. A gente tem que garantir, na Lei de Parcelamentos e Ocupação, também as formas de tirar as ZEISs do papel, porque se é só para garantir a pintura de ZEIS e passar mais dez ou vinte anos sem tirar nenhuma delas do papel, não valeu o esforço. O esforço real que a gente tem que fazer, neste momento, é para tornar regras aplicáveis diretamente. Não dá para depois de passados dez ou doze anos, num momento, um edital trazer o terreno que se pretende para a associação poder, via Minha Casa Minha Vida associativo, realizar e, num passe de mágica, isso some.

Então, eu quero finalizar, Sr. Presidente, falando que a gente tem que construir as prioridades para os territórios. Aqui a recomendação da população é clara: Se não houver habitação para quem precisa, não teremos território justo. Se não houver emprego organizadamente construído no território, a população continuará tendo que atravessar a Cidade inteira, para encontrar, na região Central, o seu emprego. E se a gente não cobrar do Dersa, não cobrar do Governo do Estado e não cobrar dessas autoridades que têm a responsabilidade sim hoje, ao passar o rodoanel aqui e deixar uma marca de destruição e não de desenvolvimento, erramos todos. Portanto, nas nossas audiências, enquanto não houver o Dersa e o Governo do Estado assumindo a sua responsabilidade, está absolutamente

incompleto aquilo que é a proteção da nossa Cantareira. O Governo do Estado tem que ser chamado sim, na responsabilidade que tem não só no diálogo metropolitano, mas na responsabilidade do que rasgou já esse território, trazendo pobreza e não o desenvolvimento que anunciou. Portanto, este é o momento de convocar o Governo do Estado e o Dersa a participar desses debates, para a gente não ficar menor junto ao Governo do Estado. Eles têm que ter a coragem de dialogar com a gente, dizendo onde farão os investimentos e como esses parques de borda respeitarão não só a Cantareira, mas a cidade de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador Ushitaro Kamia.

O SR. USHITARO KAMIA – Boa noite a todos. Realmente é um trabalho profícuo, principalmente para a região, com a presença do Vereador Gilson Barreto, Presidente; e do Vereador Paulo Frange, relator, sobre a revisão da Lei do Zoneamento. Estão presentes também os Vereadores José Police Neto, Sandra Tadeu e Aníbal de Freitas Filho, nosso amigo. Cumprimento também o Sr. Nilton, Subprefeito; e a Sra. Mara, técnica da Secretaria. Saúdo também todos os Presidentes das Associações, Líderes e comunitários e digo da importância desse trabalho que ora está sendo discutido. Há vários dias e meses, nós estamos fazendo essa discussão, desde o Plano Diretor, e hoje há a parte de zoneamento. Realmente nós precisamos estabelecer também a defesa da Serra da Cantareira, que é o pulmão da nossa Cidade de São Paulo.

Já falaram vários oradores aqui, apresentando as suas preocupações dentro da nossa região. Isso será analisado corretamente por meio desta comissão, que foi formada, na Câmara Municipal de São Paulo, com a presença da Câmara junto com a comunidade, para ouvir minuciosamente quais serão as suas reivindicações. Ouvimos atentamente as reivindicações da comunidade. Tenho certeza de que o Sr. Presidente e o Sr. Relator farão a avaliação, ouvindo, por meio da gravação feita aqui, analisando paulatinamente todas as reivindicações. Tenho certeza de que nós precisamos fazer essa discussão junto com a

comunidade local, que sabe das suas necessidades aqui da nossa região, principalmente a questão de moradia e a questão da atividade econômica. Enfim, nós precisamos atender a todas essas reivindicações.

Por isso, tenho certeza, Sr. Presidente, que todo esse trabalho que V.Exa., o relator e os membros da comissão de revisão da Lei de Zoneamento estão fazendo em toda a Cidade paulistana, trará um profícuo entendimento para a nossa região, porque se não for agora, nós vamos ter a nova revisão em 2028. Então, essa revisão é importante. É por isso que nós estamos aqui, para defender, junto com a comunidade e junto com os senhores que vieram aqui e falaram da importância de cada setor, que merece a atenção de todos.

Parabéns à comunidade e parabéns aos moradores. Tenho certeza de que isso trará um profícuo trabalho, porque é interesse da região e é interesse da comunidade. Por isso que estamos participando desse evento da Lei de Zoneamento. Parabéns a todos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador Aníbal de Freitas Filho.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS FILHO – Eu quero cumprimentar a todos, inclusive o nosso querido Presidente desta audiência, Vereador Gilson Barreto e o nosso relator, Vereador Paulo Frange. Primeiro, eu devo agradecer V.Exa., por ser o último a falar. Quando se fala, por último, às vezes, não sobram muitas coisas, mas eu achei muito importante ficar por último, para fazer uma síntese de tudo aquilo que aconteceu. Eu, que sou desta região, que adoro essa região e que nasci aqui, quero que isso prospere. Batalhei muito, na Prefeitura, nesses trinta anos de engenharia, na Subprefeitura de Jaçanã, nessa região Norte, tão querida.

Estou muito feliz por esta presença, por esta participação dos senhores aqui. Eu quero fazer um comentário com o meu amigo, Vereador José Police Neto, que colocou, em seu Facebook, uma mensagem, sobre a região de São Miguel, na zona Leste. É um dos maiores bairros da zona Leste. É uma região mais privilegiada que existe em São Paulo. Quando

esteve, na audiência pública do Plano Diretor, S.Exa. mesmo confessou que havia quatro pessoas. Olhem só aqui, nobre Vereador José Police Neto, o que há de pessoas aqui. Logicamente são convidados pelo Srs. Vereadores e por todo mundo. Então, vemos a importância que tem a nossa região. De tão carente que ela está, há essa força maciça.

Nobres Vereadores Gilson Barreto e Paulo Frange, acho que não haverá outra audiência como esta. Eu fico muito feliz, porque esta é a nossa região. Isso demonstra a carência que nós temos, a vontade que nós temos que se desenvolva a nossa região. Isso é fundamental, por tudo aquilo que se falou. A Vereadora Sandra Tadeu foi muito feliz, muito ajudou junto ao Dersa e ao DNIT, para as coisas serem feitas aqui, neste pedaço da zona Norte; e nós fomos infelizmente massacrados. S.Exa. sabe disso e nós participamos disso. S.Exa. mesmo falou em até se fazer uma UBS. Também nós não tínhamos poderes para termos uma Unidade Básicas de Saúde, por causa dessa porcaria de Plano Diretor e de Zoneamento, que nada pode se fazer.

Eu tenho um amigo. Eu não vi ainda o Esteves. Eu aprendi com ele que, onde nada pode, tudo pode. Sabem o que é isso? Que onde há uma área onde não se pode construir nada, sabem o que acontece? Vai haver um monte de irregularidades e invasões, tanto da parte habitacional, quanto da parte de comércio ilegal, e lá assim é feito. Isso não é uma região que nós precisamos. Muito bacana aqui quando eu vejo movimentos populares. Nós temos aqui, na nossa área, na nossa região, na Subprefeitura do Jaçanã/Tremembé, que proteger sim a Serra da Cantareira. Não tenham a menor dúvida que nós temos que proteger. É o verde que todo mundo gosta, mas nós temos muitas áreas para fazer área habitacional, Sr. Presidente, nobre Vereador Gilson Barreto e Sr. Relator, nobre Vereador Paulo Frange, mas só que lá não pode. Todo mundo fala da Serra da Cantareira e daquela proteção e se esquece de que nós temos áreas onde nós podemos fazer unidades habitacionais, e precisamos disso sim. Mais ainda, não só habitação. Nós precisamos, as pessoas que habitam lá precisam de emprego. Nós precisamos fazer uma área industrial, comercial e de serviços. Nós precisamos ter um

zoneamento que permita isso, que os nossos moradores dessa região tenham emprego suficiente, para que não precisem sair, como falou o Vereador José Police Neto, aqui da zona Norte para trabalhar na zona Sul, ou aqui na zona Norte ir lá para o Centro ou para a zona Leste. É isso que afeta o metrô lotado. Às vezes, a turma fala que o nosso metrô é horrível. O que é isso? O nosso metrô é o melhor do mundo, um dos melhores transportes do mundo, mas só que o problema todo está na superpopulação. Por que há superpopulação? Porque, infelizmente, nós aqui da zona Norte temos que trabalhar na zona Sul, na zona Leste e na zona Oeste, porque aqui não pode haver emprego, haver indústria e haver comércio. Tudo é proibido e isso não pode acontecer. Nós temos aqui uma Fernão Dias. Nós temos aqui um rodoanel, tudo para fazermos uma área industrial. Ninguém quer Cosipa, ninguém quer fazer uma área poluidora. Longe disso, mas nós queremos fazer uma área produtiva, que dê empregos aos nossos moradores, para que as pessoas que saiam das suas casas, em dez ou quinze minutos, estejam no seu emprego. Há locais para haver escolas.

Nobres Vereadores Gilson Barreto e Paulo Frange, o caminho já sabemos, como V.Exas., que são conhecedores da nossa região, como a nobre Vereadora Sandra Tadeu e o nobre Vereador José Police Neto. Nós não temos lugar nem para pôr escolas e creches. É brincadeira. Por quê? Porque ninguém se preocupou em fazer um zoneamento adequado às nossas necessidades. Infelizmente é isso. Existem umas cabeças pensantes, que organizam nosso Plano Diretor e nada acontece. Agora o que mais me preocupa, Vereadores Paulo Frange e Gilson Barreto? Olhem quantas pessoas estão aqui. Eu não quero que V.Exas. e o Poder Público brinquem com essas pessoas. Esta audiência tem que ser válida, tem que ser ouvida, escutada, escrita e ser feita a manifestação popular que está aqui, porque não adianta nada vir aqui todo mundo falar isso e aquilo e, de repente, essas cabeças pensantes, os metidos a sabedores das coisas que nem conhecem na nossa região, não aceitaram nada do que falamos. Isso já aconteceu. Quantos seminários e quantos fóruns já houve?

Nobre Vereador José Police Neto, V.Exa. já foi relator quando o Vereador Carlos

Apolinario foi o Presidente, como hoje está o Vereador Gilson Barreto, e V.Exa. foi como está o Vereador Paulo Frange. Fizeram 40 e tantas audiências públicas. Sabem para que isso valeu? Para nada, nada. Agora, o que a Vereadora Sandra Tadeu está falando, eu não gosto o que brinquem com pessoas, eu não gosto que brinquem com gente, porque se nós estamos na política, eu, por exemplo, estou aqui para ajudar pessoas. Enganar jamais. Então, V.Exas. têm, nós Vereadores também vamos estar lá. Uma coisa é muito séria: Não vamos brincar com pessoas. Nós estamos, na política, para ajudar as pessoas e não usá-las. Então, é isso que nós precisamos fazer, é isso que os senhores podem contar, comigo, com o Vereador José Police Neto, a Vereadora Sandra Tadeu e o Vereador Paulo Frange, nosso relator. Há também os Vereadores Gilson Barreto e Ushitaro Kamia e o nosso Subprefeito. Aliás, o Subprefeito precisa agir, mas para agir, S.Exa. cumpre as leis, só que as leis infelizmente são feitas para não serem cumpridas. Infelizmente é isso. Então, vamos escutar muito o que o meu amigo Esteves fala: “Tudo pode onde nada pode”. Os senhores entenderam? Então, hoje, quando nós podemos ter um polo de desenvolvimento e um polo de trabalho, nós estamos sendo aquinhoados com um monte de invasão e com um monte de barracos. Nada contra barracos, pelo contrário, nós precisamos ter área de habitação digna e não aquele amontoado que nós estamos vendo na nossa região.

Então, Srs. Vereadores, eu peço um carinho muito grande e muito respeito a essas pessoas que vieram aqui.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Registro a presença do Sr. Jair de Jesus Almeida, assessor parlamentar do nobre Vereador Conte Lopes e Heitor de Carvalho Alves, chefe de gabinete da nobre Vereadora Noemi Nonato.

Eu estou no sexto mandato na Câmara Municipal de São Paulo. A gente vê tantos Vereadores aqui originários de periferia. A gente conhece bem as questões de cada bairro de São Paulo. Eu trabalho também com movimento social, com habitação. A gente sabe o que é

uma pessoa morar num barraquinho de três por três, quando, de dia, tira a cama para pôr o fogão, e, à noite, tira o fogão para a cama. Essa é a realidade de uma cidade chamada São Paulo. Ainda há muitas questões como essas.

Quando o projeto chegou à Câmara Municipal, eu fui indicado para a comissão, pelo meu partido, no qual o Vereador Aníbal de Freitas participa. Eu fui indicado para ir comissão composta por todos os partidos, os sete; e esse projeto foi para a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Aí me elegeram Presidente da comissão. Eu sou o Presidente da Lei de Zoneamento e o Vereador Paulo Frange, médico, é o relator. Esse projeto poderia ter sido feito, na Câmara, com quatro ou cinco audiências. Como, às vezes, o Governo induz a fazer isso, depois discutiriam os 55 Vereadores, e votariam, mas nós, da Comissão e esses Vereadores que estão aqui não temos esse sentimento. O nosso sentimento é fazer 46 e agora 47 audiências públicas e trazer, no mínimo, uma para cada região de São Paulo, exatamente para ouvir a manifestação dos senhores. Não estamos aqui para brincar. Se fosse para brincar, eu jamais me prestaria a fazer parte da comissão ou presidir uma reunião.

O Executivo, por lei, encaminhou à Câmara Municipal o projeto, e cabe agora à Câmara Municipal, não só a mim e ao Vereador Paulo Frange, mas como todos os 55 Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, que são corresponsáveis pelo projeto da Lei de Zoneamento. Não é porque o Governo mandou que nós vamos dizer “amém”. Isso não existe, a não ser haja maioria dos Vereadores da Câmara Municipal em dizer “amém” a esse projeto. Aí a gente tem que se curvar. Eu não tenho nenhum constrangimento, em qualquer momento, na Câmara Municipal, onde estivermos, qualquer desses Vereadores membros da comissão, em atendê-los, quer sejam do movimento popular, quer sejam do meio ambiente, quer sejam da área econômica, quer sejam da indústria. Nós vamos ouvir todos. Nós queremos e temos responsabilidade de uma lei para a cidade de São Paulo e não para nenhum grupo ou uma pessoa. É dentro desse propósito que nós nos predispomos, a toda segunda-feira, na Câmara Municipal, a realizarmos audiência pública das 7 horas às 20h, por temática. Cada

segunda-feira, há um tema. Nas quintas-feiras, nós vamos às regiões. Aos sábados, faremos as reuniões, das 9h30 às 12h30 e das 14h às 17h. Então, nós vamos realizar 47 audiências públicas e, se necessário for, faremos 50 ou 60. Não estamos com pressa, porque nós queremos atender. Principalmente os Vereadores que os senhores tiverem mais contato, mais ligados à região, procurem S.Exas. e coloquem seu sentimento, se não deu tempo de colocar aqui. É claro que S.Exas. vão se reunir conosco e nós vamos verificar dentro de coerência, de postura e de conduta, porque não estamos aqui para brincar. Estamos aqui para que haja uma lei realmente que fique válida por 16 anos, e não se pode brincar com isso. Então, nós temos também uma responsabilidade. Se precisar brigar com o Governo para haver mudança, se necessário for, vamos brigar sim, como sempre nós brigamos, quando necessário. Então, eu queria esclarecer essa questão. Há os Vereadores Aníbal de Freitas e Ushitaro Kamia, que estão constantemente aqui. Podem procurá-los. S.Exas. representam a Câmara Municipal. Onde estiverem os Vereadores José Police Neto, Sandra Tadeu, também podem procurá-los, porque são as pessoas indicadas para serem procuradas. Nós estamos à disposição dos senhores.

Tem a palavra a nobre Vereador Paulo Frange, médico cardiologista. É bom, porque S.Exa. vai mexer com o coração da Cidade. Por isso que o escolhemos como relator do projeto de lei.

O SR. PAULO FRANGE – Nós vamos passar rapidamente, apenas para deixar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Só um pouquinho. Da água, não está mais... O pessoal parou, do cantinho esquerdo, só um pouquinho de silêncio, pois, assim que Paulo Frange terminar, aí passa para mim e vamos fazer as últimas considerações e encerrar nossos trabalhos, está bem?

O SR. PAULO FRANGE - Apenas uma fala para tentar explicar o nosso papel como

Comissão de Política Urbana. Gostaríamos que vocês tivessem a tranquilidade de que a Comissão de Política Urbana e a Câmara, os seus 55 Vereadores, vão tratar desse processo com muita responsabilidade.

Esse processo, esse projeto, lida com a vida de todos que moramos aqui. Portanto, atrapalha ou melhora a vida de todos nós. Precisamos cuidar muito bem disso. É por isso que o José Eduardo, o Antônio Carlos, o Aparecido Viana, a Marília Panucci e mais outros que falaram e enfocaram a situação do meio ambiente, a preocupação com a água e tudo, essa realmente é uma preocupação importantíssima. Não podemos deixar de lado, não podemos deixar para depois.

O Secretário do Verde e Meio Ambiente e de Mairiporã foi muito claro: é a nossa preocupação maior hoje, de São Paulo. Estamos aí bem pertinho, daqui a pouco, de andar cuidando dos nossos rodízios, com certeza. A seca está maior a cada vez.

Aqui na região do Jaçanã, podemos dizer que temos um santuário verde, patrimônio mesmo da humanidade. Esse é parte do pulmão que faz o mundo oxigenar melhor, principalmente os paulistanos. Isso é bom para todo mundo, para a Cidade toda. A temperatura aqui não é a mesma temperatura da Cidade, é outra; a qualidade do ar aqui é diferente. Portanto, tudo o que está desenhado abaixo, na Zona Mista Ambiental, aquele amarelo pintadinho, que é a Zona Residencial Ambiental, tudo isso tem o uso do solo diferente das outras áreas da Cidade. A permeabilidade do solo é muito maior. Geralmente, ocupa-se só metade de cada lote, enquanto que a outra metade tem de continuar verde. Até mesmo as indústrias que estão colocadas aqui na ZPI-2, no eixo da Fernão Dias, não é indústria como aquelas que vocês veem lá do outro lado. Elas têm de obedecer às diretrizes específicas para esse setor, que é o setor Noroeste, de uma Macrozona de Proteção e Preservação Ambiental. É uma macrozona que exige uma forma de tratar diferente. Até a indústria não é aquele amontoado de indústrias uma ao lado da outra. Elas têm de ter 5 mil metros de terreno. São indústrias que ocupam pouco solo e não se vai permitir aqui indústria poluente, porque, senão,

vamos acabar com nosso lençol freático daqui a pouco, por contaminação, e não só por falta de água.

Portanto, tudo aquilo que está reservado para cá tem um fortíssimo componente de cuidado com o meio ambiente para fazer justiça àquilo que Aníbal falou, que ficamos olhando a serra e não queremos colocar nada, mas, quando olhamos o mapa da exclusão de São Paulo dos chamados equipamentos sociais - unidades de saúde, escola, creche -, esse mapa cai em cima do Jaçanã: falta tudo.

Disse agora há pouco e vou repetir: esta é a única Subprefeitura de São Paulo que tem um único hospital e três cemitérios. Está errada essa lógica. Não temos nada contra cemitérios, mas está errado haver um hospital só. E é um hospital, como falei no início, da maior importância na história de São Paulo. Ele é de 1904 e, por aqui, quase que todas as doenças - como lepra e tuberculose - foram tratadas. Portanto, temos de respeitar a figura, inclusive, de um dos hospitais mais importantes da Cidade, que é o Hospital São Luiz Gonzaga, da Santa Casa de São Paulo, que é o único da região.

Aqui o Umberto Rech (?) fez um comentário interessante: "Cadê, no mapa, o Rodoanel?". Eu digo diferente, Humberto. Quem é que passou o desenho do Rodoanel em cima da cidade de São Paulo e sequer conversou com a Cidade?

Portanto, o Plano Diretor de 2002 foi atropelado e rasgamos a Lei de Zoneamento também. Por aqui, passa o que quiser. O Estado, quando quer fazer coisa, não pergunta ao Município. Passou por cima de onde quis, e fez. Resolver o problema de impacto ambiental e pronto. Discutiram a situação lá, tudo bem, mas não foi consultada a Câmara. A Câmara não emitiu parecer em nenhuma vez. A única vez que tratamos desse assunto foi o Rodoanel lá na zona Sul, com relação à área de Capivari-Monos, para poder ficar a rodovia, inclusive, sem interceptar áreas grandes, não permitindo sequer a movimentação da fauna daquela região. Portanto, desde lá, nunca tivemos oportunidade.

Vamos consultar o Estado com relação ao projeto do Ferroanel. Quem sabe,

poderemos até incluir, agora - mas vejo isso com dificuldade.

O Estado nenhuma vez negou a sua presença na Câmara. Todas as vezes que os chamamos para discutir o Rodoanel, eles foram. Há engenheiros dedicados, de carreira, técnicos. Foram muito solícitos, nos atenderam - mas enquanto a obra está sendo feita. Antes, não tivemos essa oportunidade de tratar, na Câmara, a discussão da Lei de Zoneamento. Eu preferiria que o Rodoanel tivesse passado atrás da serra - e não de cada serra. Custa mais caro? Custa, mas, pelo menos, não agride tanto.

Quem não está vendo não está sentindo, mas quem vê a foto aérea na região percebe o tamanho do estrago que é essa obra. Ela não traz desenvolvimento econômico para o Jaçanã. A rodovia é Padrão Zero, não tem nem entrada e nem saída por ela. Portanto, o Rodoanel, por aqui, é só uma passagem: vai deixar só fumaça e enxofre no ar, mais nada. A obra é boa para São Paulo, vai melhorar o trânsito das Marginais, melhorar muito aquela região, mas não traz benefício para esta região. Então, não esperem que o Rodoanel traga alguma atividade econômica para cá.

Com relação ao Rogério, já que você é engenheiro civil, vamos chamá-lo, até para ouvir melhor esse assunto que você colocou aqui com relação à Chácara Inglesa. É um assunto que nos interessa tentar resolver, já que é uma situação pontual e vamos olhar com todo o carinho. A Comissão de Política Urbana está lá para isso. Temos técnicos, temos tudo lá para poder lhe ajudar tecnicamente nesse assunto.

A outra situação foi colocada pela Irani. Fique tranquila: não vamos deixar apagar as ZEIS de São Paulo. Quando alguma ZEIS estiver colocada em algum lugar errado e tivermos de mudar por causa de algo que envolva o terreno ou algum embasamento técnico, vamos buscar outro espaço do mesmo tamanho para poder demarcar outra. Então, não vamos permitir que as ZEIS desapareçam do mapa.

Aí, com relação à Joélia, que falou que a ZEIS sumiu, vamos também observar e buscar entender esse assunto para que possamos tratar isso tecnicamente. Se não for por

alguma razão técnica, vamos encontrar o espaço para que vocês possam tratar esse assunto da habitação de vocês.

Juliana Pellegrini fez aqui algumas considerações muito boas tecnicamente. É importante que você, depois, fale conosco na Câmara. Vamos ter o pessoal que vai cuidar disso na área ambiental. Seus assuntos são técnicos da área ambiental e é muito importante que sejam tratados para que possamos compreender melhor qual é o alcance da sua informação.

Valter fez uma reclamação aqui das invasões. Está certo. É muito difícil, Valter. O grande problema nosso é a falta de fiscalização. Temos menos de 400 fiscais para a Cidade toda. É muito pouco. Poucas Subprefeituras têm mais de sete ou oito fiscais que possam vigiar. Então, cada fiscal, geralmente, tem mais de 300 quadras para fiscalizar, o que é muito difícil de fazer dessa forma. Tem de haver um concurso público ainda este ano para que possamos buscar, no mínimo, de 1 mil a 1.500 a mais para que possamos fazer valer essa Lei de Zoneamento e não ficar, como a Dra. Sandra falou, só no papel.

Nelsinho, é muito importante o que você falou, mas é bom deixar bem claro: essa Lei de Zoneamento não é anistia. Esta Lei de Zoneamento não pode ser tratada como anistia. Alguns usos vão ser permitidos e, quanto a eles, aquilo que estiver lá e for irregular terá de, depois, buscar regularização, à luz dessa lei nova, mas ainda não temos exatamente e, provavelmente, deveremos inserir, ali pelo artigo 127, Nelsinho, alguma situação que possa resolver o problema de quem estava irregular e, agora, pode. Como é que vamos tratar essa transição? Isso está sendo discutido lá agora e, com certeza, no primeiro relatório que vamos apresentar no final de outubro, isso já terá alguma solução proposta.

Por fim, deixei o Polo Norte para poder dizer o seguinte: no final da aprovação do Plano Diretor Estratégico, fomos pessoalmente falar com o Prefeito Haddad. Havia uma movimentação muito grande. Já estava contemplada a situação do Polo Norte. Foi muito importante o trabalho que surgiu do próprio esforço dos Vereadores e da comunidade que o

fez, mas a Sezefredo sempre ficou uma situação assim: como ela é estreita, parece que tudo não pode. Nós incluímos a Sezefredo na discussão do Polo. Não está demarcado o que há de perímetro no entorno dela.

Estamos tentando agora tratar esse assunto com o Secretário de Planejamento para que possamos lidar com a Sezefredo como um Polo também, como um Polo de Desenvolvimento Econômico - não é para pôr indústria lá não -, com atividades de desenvolvimento econômico. Tem toda a característica de interligação entre Santana até Guarulhos e Mairiporã, interliga a Cidade na zona Norte. É um eixo importantíssimo e precisamos dar um caráter de desenvolvimento econômico para essa avenida, tão importante para que possamos gerar emprego aqui, porque o maior desafio da região é aproximar o trabalhador do local de trabalho, gerando o emprego aqui. Vocês viram que não há zonas industriais esparramadas por esse território, exceto na Fernão Dias. Outras atividades econômicas aqui, exceto comércio e serviço, não temos.

Por fim, para encerrar, é mais um apelo para vocês: não deixem de participar; usem a internet, entrem no *site* da Câmara, cliquem em Lei de Zoneamento. Podem colocar a sugestão. Vocês vão receber um protocolo eletrônico. Ele vai ser lido, vai ser tratado e você vai receber propostas - ou sim ou não, mas vai receber. Não temos nenhum problema de dizer não, quando não se pode. O que não queremos é que vocês deixem de participar. A audiência pública é para isso. É por isso que temos de tratar esse assunto com muita proximidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Bem, quero agradecer a presença de vocês todos, sem exceção, pelo carinho, pela maneira respeitosa apresentada. Temos de seguir algumas normas e vocês nos ajudaram muito. Quero agradecer ao Dr. José Augusto, Presidente do Clube Guapira e a toda sua Diretoria.

Doutora Lara, muito obrigado. Nós lhe poupamos aqui no final - deixei para o Relator.

Dr. Nilton, Subprefeito, muito obrigado pela atenção.

Vereador Ushitaro Kamia, muito obrigado. Você tem colaborado muito também com a Lei de Zoneamento.

Quero saudar o Secretário do Meio Ambiente, que nos prestigiou nessa noite, Antonio Carlos Nery Pinho, de Mairiporã.

Nobre Vereadora, representando as mulheres, Sandra Tadeu - combativa -, muito obrigado.

José Police Neto, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, muito obrigado.

E o nosso Professor Aníbal de Freitas, muito obrigado por tudo.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente audiência pública.

No próximo dia 22, em Capela do Socorro, de manhã; e, à tarde, em Parelheiros; e, segunda-feira, na Câmara Municipal.

Muito obrigado a todos. Estão encerrados nossos trabalhos. (Palmas)

